

MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE – PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF – Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”)

R\$1,00

<u>DESPESA COM PESSOAL</u>	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	129.135.553,30	495.789,52
Pessoal Ativo	115.938.893,58	233.516,29
Pessoal Inativo e Pensionistas	10.780.450,70	-
Outras Despesas de Pessoal Dec. de Contr.Terc(§1º art.18 da LRF)	2.416.209,02	262.273,23
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art.19 da LRF) (II)	1.719.287,27	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.644.749,91	-
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	74.537,36	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	127.416.266,03	495.789,52

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LIQUIDA – RCL (IV)	7.825.485.297,77
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (V) = (IIIa + IIIb)	127.912.055,55
% DA DTP SOBRE A RCL = (V/IV)*100	1,63%
LIMITE MÁXIMO (VI = 0,06 x IV) (alínea "a" do inciso III do art. 20 da LRF)	469.529.117,87
LIMITE PRUDENCIAL (VII = 0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	446.052.661,97
LIMITE DE ALERTA (VIII = 0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	422.576.206,08

Fonte: Sistema E-Cidade; Unidade Responsável: SECCOC; Data e Hora de Emissão: 27/01/2016 às 11h10min.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas Liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, no termos do art. 63 da Lei 4.320/64.
- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Guilherme Nunes de Avelar Neto
Diretor de Administração e Finanças

Rodrigo Pimenta da Silva
Coordenador de Controle Interno

Wellington Gonçalves de Magalhães
Presidente

Henrique Higídio Braga
1º Vice-Presidente

Pablo César de Souza
2º Vice-Presidente

Edvaldo Piccini Teixeira
Secretário-Geral

Nilton César Rodrigues
1º Secretário

José Francisco Filho
2º Secretário